

Poder e saber



» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF
Jornalista

O eleitorado brasileiro decidiu aposentar a geração de 1988. Esse time foi para casa. Seus últimos representantes são José Sarney e Luiz Inácio Lula da Silva. Um, curado de uma pneumonia aos 96 anos, faz ginástica todos os dias, está distante da política. O outro, aos 81 anos, tentou sem sucesso a recondução à Presidência da República no primeiro turno. Junto com eles, mais de 30 nomes expressivos na política foram mandados para casa. Foi um massacre.

Vou citar alguns: Gleisi Hoffmann, José Dirceu, Aécio Neves, Fernando Haddad, Simone Tebet, Marina Silva, Roseana Sarney, Ciro Nogueira, Benedita da Silva, Requião Filho, Raulo Rodrigues, Jorge Viana, Manuela d'Ávila, Érika Kokay, Túlio Gadelha, Paulo Pimenta, Vicentinho, Tiririca, Marcelo Crivella, Soraya Thronicke, Renan Filho e Renan Calheiros. A lista é abrangente. Não respeita idade, partido político ou orientação ideológica. Junto com essa turma, alguns comentaristas na televisão e nos jornais ficaram falando sozinhos. Não perceberam o que estava acontecendo debaixo de seus respectivos narizes

Eleição é sempre uma surpresa. No caso brasileiro, a surpresa veio pelo péssimo serviço prestado pelos institutos de pesquisa que fizeram previsões completamente equivocadas: no Rio de Janeiro, Douglas Ruas chegou muito perto de vencer no primeiro turno, quando

os institutos indicavam vitória tranquila de Eduardo Paes. No plano nacional, Flávio Bolsonaro quase foi eleito no primeiro turno, contra, também, todas as previsões das instituições que supostamente mediam as intenções do eleitorado. Tudo errado. Além disso, 183 deputados foram eleitos em primeiro mandato para a Câmara dos Deputados. Outra surpresa.

O Partido Liberal (PL) passou a ter 28 representantes no Senado. Junto com seus aliados, a atual oposição deve contar com 49 votos capazes de modificar o texto da Constituição e, se quiser, promover o impeachment de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). Sob esse aspecto, a eleição já terminou. Não há segundo turno para escolha de integrantes do Congresso. A oposição fez a maioria. O que faz supor que, junto com a aposentadoria de uma geração, acabou também o sonho da social-democracia brasileira. A direita que vem prevalecendo no mundo ocidental mostrou suas armas no Brasil.

O eleitorado fez sua opção. Quer um país com menos governo e mais desenvolvimento. Menos burocracia e mais ação de empresários. Menor taxa de juros e desenvolvimento rápido. O presidente Lula e seu partido demonstravam estar perigosamente plantados nas ideias econômicas dos anos 60, do crescimento baseado na intervenção do Estado. Mas as empresas estatais apresentam enorme ineficiência e déficits orçamentários monstruosos. A sociedade percebeu o problema.

A eleição presidencial só vai terminar no final deste mês. Lula e sua equipe vão ter que suar a camisa e ter muita imaginação para reverter a votação e fazer a maioria. Não é fácil. Será necessário mergulhar numa autocrítica rigorosa, calçar as sandálias da humildade e enxergar a realidade. O brasileiro melhorou

de vida nos últimos anos e pretende se credenciar para novas conquistas. O país precisa abrir novas fronteiras de trabalho, criar melhores expectativas de emprego e fazer a economia crescer, de fato, além dos discursos triunfalistas pronunciados no Palácio do Planalto. O mundo informatizado, regido por decisões rapidíssimas, exige competência, conhecimento e cultura. É o século 21 que chegou ao Brasil.

Flávio Bolsonaro tem a seu lado um personagem interessante, Rogério Marinho, neto do saudoso Djalma Marinho, que marcou com honradez sua passagem pela Câmara dos Deputados. Ele se recusou a fazer a vontade dos militares e renunciou à presidência da Comissão de Constituição e Justiça para não abrir processo contra o deputado Márcio Moreira Alves. Isso aconteceu em 1968, antes da decretação do Ato Institucional número 5. O senador do Rio Grande do Norte pode fazer a diferença. Ele já procurou ministros do Supremo para dizer que não haverá revanche. Ou seja, seu grupo não está preocupado em promover uma vingança, mas, sim, em governar.

Nesse quesito, aparece uma enorme interrogação. Flávio Bolsonaro, filho de Jair, vai querer a presença de seu pai na sua solenidade de posse, se vencer. Será o primeiro impasse. O outro vai ocorrer naturalmente. Ele é filho de Jair, fala muito e não costuma refletir sobre palavras e atos. No início do governo Bolsonaro, os militares achavam que poderiam controlar Jair. Não controlaram e ele meteu os pés pelas mãos. Tentou o golpe depois de perder a reeleição. Flávio não tem experiência administrativa, equipe, saber jurídico ou vivência política para exercer as funções de presidente da República. É um novinho. Se for eleito, ficará na difícil posição do líder que pode mais do que sabe.



O “suspeito” antes do fato: raça, custódia e a disciplina de imputar



» ANTONIO SOLÓN RUDÁ
Advogado e pesquisador em direito penal e do trabalho, autor da Teoria Significativa da Imputação e da doutrina Direito e Significado

A injustiça racial no sistema penal raramente começa na sentença. Começa antes, na seleção. Primeiro se seleciona um corpo; depois se procura um fato. No vocabulário oficial, isso aparece como “fundada suspeita”. No cotidiano de quem é abordado repetidamente, aparece como a experiência de ser visto, de antemão, como risco.

Um dado ajuda a enquadrar o problema sem retórica: no Distrito Federal, a Defensoria Pública informou que 84,03% das pessoas atendidas em audiências de custódia no segundo semestre de 2024 se declararam pretas ou pardas. O dado, por si só, não encerra o debate, mas acende um alarme institucional: se a porta de entrada é racialmente assimétrica, decisões padronizadas tendem a converter desigualdade em rotina.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao consolidar o Protocolo para Julgamento com Perspectiva Racial, chamou atenção para um ponto decisivo: vieses não precisam ser declarados para operar. Eles se instalam em hábitos de linguagem, padrões decisórios e inferências

que parecem neutras, mas não são. O problema, portanto, não é apenas proclamar repúdio ao racismo, mas identificar onde ele se acopla ao poder de decidir.

Por isso, proponho olhar para dois pontos do funil penal em que essa aderência é mais visível: a audiência de custódia e a imputação nos crimes de drogas. É nesse cenário que a Teoria Significativa da Imputação (TSI) pode funcionar como instrumento de contenção.

A audiência começa. Os autos registram “atitude suspeita”. O relato policial repete “local conhecido”. Ao final, converte-se a prisão em preventiva com fórmulas como “garantia da ordem pública”. Pouco se sabe, de modo verificável, sobre o caso; muito se presume sobre o sujeito. E, quando a fundamentação se reduz a expressões de repertório, a decisão passa a circular como rotina, não como juízo demonstrado.

Aplicada ao momento cautelar, a TSI opera como disciplina de justificação. Exige que a restrição de liberdade se apoie em sinais públicos do caso e em cadeia argumentativa controlável. Se o Estado pretende prender antes do julgamento, não basta invocar o vocabulário da praxe: é preciso indicar, no caso concreto, o que torna a prisão necessária, por que medidas alternativas são inadequadas e quais elementos verificáveis sustentam essa conclusão.

Nos crimes de drogas, a engrenagem se repete com outra aparência. A distinção entre porte e tráfico, que define o rumo do processo, muitas vezes é construída por inferências

como “quantidade”, “local”, “circunstâncias” e “conduta”. Quando esses elementos não vêm acompanhados de demonstração rigorosa e corroboração independente, o ambiente substitui a prova, e a suspeição passa a desempenhar o papel de certeza.

A TSI não entra aqui para absolver por retórica. Entra para impor padrão de prova e de linguagem. A pergunta correta é simples: quais sinais públicos, controláveis e verificáveis sustentam a destinação mercantil? Onde estão os elementos empíricos que não dependem apenas da narrativa de quem prendeu? Que prova autoriza a passagem da hipótese para uma imputação mais grave?

É nesse ponto que os quesitos significativos cumprem função institucional: obrigam o intérprete a interromper a prática de nomear e a assumir o dever de demonstrar. Em vez de encerrar o raciocínio com rótulos, exige-se um itinerário argumentativo verificável. A função desse percurso é expor o salto inferencial e impedir que ele se esconda em fórmulas aparentemente neutras, sobretudo quando a seletividade já atua antes da própria descrição do fato.

O núcleo do problema racial está exatamente aí. Quando o caso é frágil, o sistema recorre a atalhos; quando recorre a atalhos, reafirma estereótipos; quando estereótipos viram critérios, o direito deixa de ser controle e vira repetição. Por isso, tornar a imputação pública, controlável e justificável não é apenas técnica processual: é uma exigência de igualdade.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@adabr.com.br

O preço de insistirmos num modelo viciado

O patrimonialismo e mesmo o conhecido tema sociológico do Homem Cordial, de Sérgio Buarque de Holanda, de 1936, aliado ao corporativismo entranhado em nossas instituições, fizeram da nossa república e do presidencialismo o que ela é hoje: um sistema corroído por crises contínuas. Há aqui uma espécie de enfermidade hereditária — fruto, talvez, da assimilação de uma cultura nefasta, que é transmitida de governo para governo.

Círculo

São situações que acabam por transformar o aparelho do Estado num quintal ou terreiro para a satisfação de interesses que nunca são públicos de fato e que jamais atendem ao bem comum. É, em síntese, a privatização do Estado por um sistema vicioso, difícil de ser eliminado e que resiste a todo e qualquer remédio, mesmo aquele recomendado pela Constituição. Com um modelo como esse, não surpreende que permaneçamos correndo em círculo sem sair do lugar, entregues à sanha de vontades que correm o Estado por dentro e que estão longe do que quer o cidadão comum, que é quem paga por este desarranjo.

Herança sem fim

Convém lembrar que o problema não nasceu ontem, nem pertence a um partido, a um governante ou a uma ideologia. Ele vem da própria formação do Estado brasileiro, erguido por uma coroa que tratava o território e a administração como extensões do patrimônio do soberano, numa época em que o mundo ocidental seguia os ditames do mercantilismo. Raymundo Faoro, em Os donos do poder, descreveu um estamento burocrático que se apropria da máquina pública e a conduz em benefício próprio, sobrevivendo a todas as mudanças de regime: da Colônia ao Império, do Império à República, da República Velha ao Estado Novo e à democracia de 1988. Trocam-se as vestes, permanecem os donos.

Caos

A esse caldo cultural somou-se, no século 20, o corporativismo. A engenharia institucional herdada do varguismo, que organizou a sociedade em categorias tuteladas pelo Estado, deixou marcas profundas. Hoje, diversas corporações, de carreiras estatais a grupos econômicos organizados, operam com extraordinária eficácia a defesa de seus privilégios, enquanto o cidadão comum, que não tem lobby nem gabinete, paga a conta. Super-salários que furam o teto constitucional por meio de penduricalhos, benefícios fiscais sem avaliação de resultado e aposentadorias especiais são sintomas de um mesmo mal: a captura do interesse geral por interesses de grupo.

Correia de transmissão

É nesse terreno que se assenta o nosso presidencialismo de cooptação. Combinando eleições proporcionais, multipartidarismo fragmentado e um Executivo que precisa de maioria para governar, o sistema produziu o que o cientista político Sérgio Abranches batizou de “presidencialismo de coalizão”. Em tese, a fórmula é legítima, pois toda democracia plural exige negociação. Na prática, porém, a coalizão tem sido construída menos em torno de programas e mais em torno da distribuição de cargos, verbas e vantagens.

Pertencimento

O mais grave é que, nesse arranjo, o conflito deixa de ser um debate sobre projetos de país. Tudo se reduz a uma contabilidade de favores. O Executivo cede para sobreviver, o Legislativo cobra para apoiar, e as demais instituições, em graus variados, também aprendem a defender o seu quinhão. Ninguém se sente responsável pelo conjunto, porque o conjunto não é de ninguém.

Perigos de seguir

Um Estado capturado é caro e ineficiente. Gasta muito com a própria manutenção e pouco com o que é essencial, como saneamento, segurança, educação e saúde. A carga tributária é elevada e o retorno em serviços é desproporcionalmente baixo. Investidores, diante de regras instáveis e de privilégios concedidos a quem tem acesso ao poder, reagem com cautela, e o crescimento fica aquém do potencial do país, ano após ano, década após década.

Ruptura

O Brasil não é refém de seu passado, mas será enquanto fingir que ele não existe. Manter o modelo patrimonialista e corporativo que nos trouxe até aqui significa aceitar, por omissão, que o Estado continue a servir a quem o ocupa, e não a quem o sustenta. Cada ciclo de crise que se encerra sem reforma é apenas o prólogo do seguinte. A pergunta que se impõe ao país não é se podemos nos dar ao luxo de mudar, mas por quanto tempo mais podemos nos dar ao luxo de não mudar.

» A frase que foi pronunciada

Os costumes resultam do hábito convertido em caráter.

Thomas Hobbes

» História de Brasília

O ministro Sampaio Costa entregou, ontem, a Sala dos Advogados no Bloco 6 da Esplanada dos Ministérios. Foi homenagear os advogados e recebeu consagradora manifestação, transferindo a homenagem para a pessoa do presidente do Tribunal Federal de Recursos. **(Publicada em 25/5/1962)**